

PRÓ-SUS AVALIA ATIVIDADES DO ANO E DEFINE ESTRATÉGIAS PARA 2013

Reunida em 27 de novembro, a Comissão Nacional Pró-SUS realizou seu último encontro do ano com perspectivas positivas sobre os futuros trabalhos. Após breve retrospectiva das principais atividades de 2012 – como a luta pela aprovação da MP 568/12, a realização dos Fóruns Regionais, o “Saúde+10”, dentre outras –, os membros da Comissão debateram os temas que deverão percorrer a pauta de discussão do próximo ano.

PRIORIDADES – Serão tratadas com prioridade as ações voltadas para financiamento do Sistema Único de Saúde, a qualificação da gestão pública, além da valorização e despreciação das relações de trabalho no

Sistema Único de Saúde (*leia mais na página 2*).

Na rede própria, as lutas terão como foco três pontos: concurso público, despreciação do trabalho e PCCV. Uma das propostas para 2013 é a criação de um grupo de trabalho, junto ao Ministério da Saúde, para discutir a gestão de trabalho na rede própria do SUS. A ideia é que, até fevereiro, as entidades médicas consigam uma agenda para construir entendimentos sobre estes temas.

Já na rede complementar, a meta é dar continuidade às conversações sobre temas como o Código 7, Tabela SUS e outros. Ao longo deste ano, estas pau-

tas foram debatidas entre membros da Pró-SUS e do Ministério da Saúde, em Comissão própria, e devem ser também motivo de ampla campanha durante 2013.

FEDERAIS - Também ficou definida a realização de uma ação conjunta entre representantes das três entidades médicas nacionais (AMB, CFM e Fenam) e parlamentares para rever a questão das gratificações dos médicos federais. O objetivo é retirar o prejuízo ocasionado na regulamentação da MP 568/12, que excluiu os médicos das diversas carreiras, como a PST (Previdência, Saúde e Trabalho), quanto às gratificações e criou tabelas específicas para os profissionais de medicina.

REGULAMENTAÇÃO DA MEDICINA TEM APROVAÇÃO EM COMISSÃO DO SENADO

Após 10 anos desde que foi apresentado no Congresso Nacional, o substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado 268/02, que regulamenta o exercício da medicina e estabelece quais são as atividades privativas dos médicos, obteve novo parecer favorável.

A aprovação ocorreu por unanimidade, após a realização de uma audiência pública conjunta sobre o tema, promovida pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), quando foram ouvidos representantes dos Ministérios da Saúde e da Educação e do Conselho Nacional de Educação. O texto será ainda submetido à CAS para, em seguida, chegar finalmente ao Plenário.



AGENDA: Uma reunião ampliada da Pró-SUS está prevista para fevereiro de 2013, para que as três entidades possam discutir sobre Trabalho Médico no SUS e estratégias de ação e de mobilização, com a participação das associações, sindicatos e conselhos. Outro grande evento programado é o “XVIII Encontro Nacional das Entidades Médicas”, o ENEM 2013, que poderá acontecer na primeira semana de dezembro.

ENTIDADES MÉDICAS VOLTAM AO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

As entidades médicas nacionais voltaram a ocupar assento no Conselho Nacional de Saúde (CNS) – instância máxima de deliberação do Sistema Único de Saúde (SUS), com a missão de fiscalizar, acompanhar e monitorar as políticas públicas de saúde no Brasil. A decisão pôs fim ao período de três anos em que os médicos deixaram de participar daquele fórum de controle social.

As eleições para triênio 2012-2015 para o maior colegiado deliberativo do SUS aconteceram no dia 27 de novembro. Além do Conselho Federal de Medicina (CFM), também passam a integrar o colegiado a Federação Nacional dos Médi-

cos (Fenam) e a Associação Médica Brasileira (AMB), que assumem, respectivamente, as vagas de primeiro e segundo suplentes. A ideia é que, durante o mandato, as entidades médicas revezem entre si a titularidade e suplência.

O Conselho Nacional de Saúde é um órgão vinculado ao Ministério da Saúde, composto por 48 representantes conselheiros titulares e respectivos primeiro e segundo suplentes. Os integrantes representam entidades e movimentos de usuários, trabalhadores da área da saúde, governo e prestadores de serviços do setor.



Eleições para triênio 2012-2015 garantem representação da AMB, CFM e Fenam no maior colegiado deliberativo do SUS

SAÚDE+10 TEM SEGUNDA CONTAGEM OFICIAL

As assinaturas colhidas pelo Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública, o "Saúde+10" ainda estão sendo contabilizadas, mas, segundo os coordenadores, já revelam a possibilidade concreta de se atingir a 1,5 milhão de firmas necessárias para o Projeto de Lei de Iniciativa Popular. De acordo com a última contagem oficial, realizada em 30 de outubro, o número de assinaturas recebidas até o momento ultrapassa a casa dos 326 mil. Relatos não oficiais dão conta de que outras 300 mil teriam sido coletadas pelos estados e organizações da sociedade civil. Uma segunda contagem deve acontecer em 15 de dezembro.

COMISSÃO ESPECIAL VAI AVALIAR CARREIRA DE ESTADO

O Plenário da Câmara dos Deputados autorizou, em 6 de dezembro, a criação de uma Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 454-A/2009, de autoria dos deputados Eleuses Paiva (PSD-SP) e Ronaldo Caiado (DEM-GO), que estabelece diretrizes para a organização da carreira única de Médico de Estado. A Comissão será composta de 27 membros titulares e de igual número de suplentes.

COMBATE À PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO MÉDICO

A luta contra a precarização do trabalho médico será uma das campanhas da Pró-SUS para o próximo ano. No início de novembro, diretores da Fenam e de sindicatos estiveram reunidos com o procurador geral do Trabalho, Luís Camargo, em busca de iniciar uma parceria para combater os principais problemas do setor. As fraudes nas relações de emprego formal, a falta de contratualização com as operadoras de planos de saúde e as péssimas condições vividas pelos médicos em seu trabalho foram os itens que compuseram a pauta.

"Por conta desta precarização, a sociedade também sofre, já que acaba por comprometer uma assistência de qualidade. Não tenho dúvidas de que precisamos trabalhar em conjunto para defender os interesses do profissional médico", afirmou o procurador. A proposta firmada na Procuradoria Geral do Trabalho, em Brasília, é iniciar uma investigação que chegue a âmbito nacional. A ideia é que os sindicatos médicos se engajem na luta e apresentem denúncias formais para apurar as irregularidades sofridas no dia a dia da profissão em todo o país.

PARCELA DA SAÚDE CAI NO TOTAL DE GASTOS SOCIAIS FEDERAIS

Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) aponta redução de 1995 a 2010

Entre 1995 e 2010, os Gastos Sociais Federais (GSF) do governo – para Saúde, Educação e Previdência, por exemplo – cresceram 172%, descontando a inflação, partindo de R\$ 234 bilhões em 1995 para R\$ 638,5 bilhões em 2010. Mas apesar do crescimento, os gastos na Saúde caíram em relação ao total de gastos do governo e ao PIB.

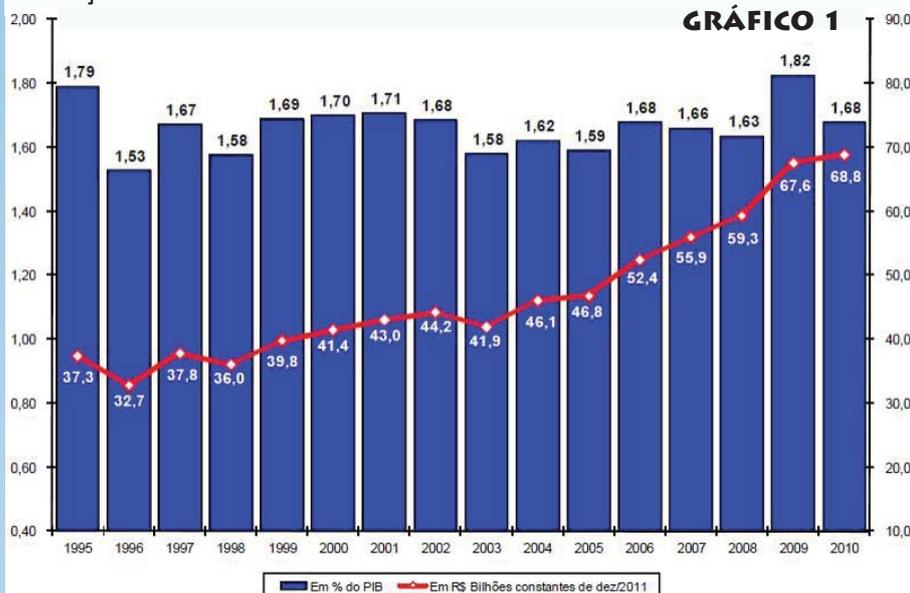
Em 1995, o valor gasto com Saúde somava R\$ 37,3 bilhões, 15,9% do total de GSF, passando a R\$ 68,8 bilhões em 2010, 10,8%, descontando a inflação. Os recursos, que eram 1,79% do PIB em 1995, corresponderam a 1,68% do PIB em 2010. Os dados constam de estudo divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), órgão ligado ao governo. Confira o gráfico 1 ao lado:

Segundo o estudo, a área de saúde percorreu uma trajetória bastante irregular em termos de destinação de recursos, que flutuou durante todo o período entre 1,58% e 1,71% do PIB. Com a aprovação da Emenda 29, em 2000, as regras estabelecidas estimularam o crescimento dos aportes de estados e municípios para a saúde, mas no caso federal, a medida teve o efeito de congelar os recursos destinados à área da saúde em termos da sua parcela no PIB.

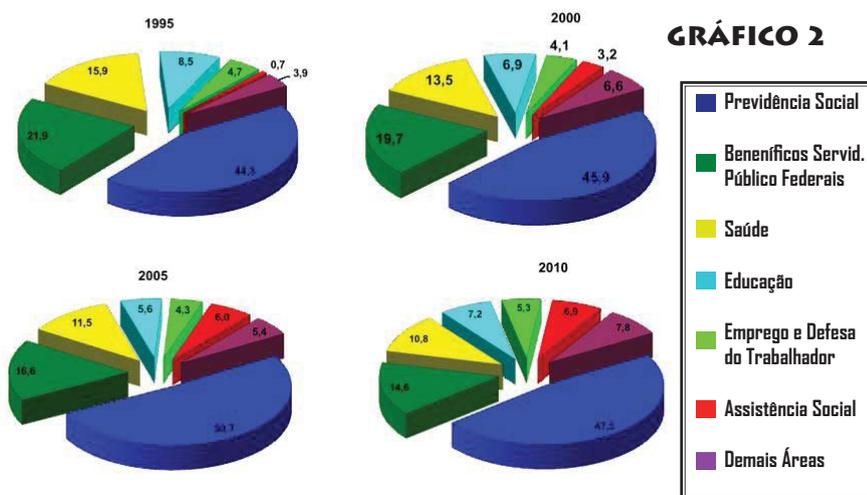
Somente em 2009 o percentual do PIB aplicado pelo governo federal na área de atuação saúde superou o alcançado em 1995. Porém, no ano seguinte, o crescimento dos valores destinados a saúde, já descontada a inflação, foi bastante modesto frente ao ritmo do PIB.

Em relação ao conjunto do Gasto Social Federal, a área de saúde também perdeu espaço no período. Responsável por 15,9% do GSF em 1995, caiu até chegar ao patamar de 11,5% em 2005 – onde permaneceu entre os anos de 2005 a 2009. No ano de 2010, a área de saúde absorveu apenas 10,8% do total de recursos aplicados pelo governo federal em políticas sociais. (gráfico 2)

Trajetória do Gasto Social Federal, 1995 a 2010: Saúde



Composição do Gasto Social Federal por área de atuação, anos selecionados



Fonte: SIAFI/SIDOR e Ipeadata. Elaboração: Disoc/Ipea

FENAM ANUNCIA ESTUDO SOBRE SALÁRIOS DOS MÉDICOS

Com o objetivo de mapear e orientar as lideranças médicas nas campanhas salariais da categoria em dissídios, convenções, acordos coletivos de trabalho do setor público e privado, a Fenam editará estudo sobre a remuneração da categoria em todo o País.

Além de servir como mais um parâmetro à aprovação do Piso Nacional, uma das principais lutas da entidade, a publicação também servirá de apoio às futuras mobilizações das entidades médicas junto aos parlamentares e representantes do Governo.

Para colaborar com o estudo, basta encaminhar à Secretaria Geral da Fenam (secretaria@fenam.org.br) os valores praticados no seu estado e município. A expectativa é de que o estudo seja divulgado no primeiro semestre de 2013.



ACONTECE NOS ESTADOS

MÉDICOS CONCURSADOS DE ALAGOAS ANUNCIAM PARALISAÇÃO

Cerca de 1.300 médicos efetivos do Estado de Alagoas que prestam serviços ao SUS paralisaram as atividades a partir do dia 11 de dezembro, por tempo indeterminado. Apenas os serviços essenciais são mantidos, segundo o Sindicato dos Médicos de Alagoas (Sinmed). A categoria pede a implantação do Plano de Cargos e Carreira, reajuste salarial e a realização de concurso público.

LIMINAR QUE OBRIGA MÉDICOS DE RONDÔNIA A ATENDEREM NO SUS VAI AO CNJ

O Cremero entrou com representação no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) contra decisão judicial que obriga médicos da rede particular a atender diariamente no serviço público no município de Cacoal, terceiro maior município do estado. A denúncia também foi entregue ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJ-RO).

O Conselho pede a revisão da decisão liminar do juiz Carlos Roberto Rosa Burck, da 1ª Vara Criminal de Cacoal, expedida em 13 de outubro, que ante a crônica falta de médicos obstetras e pediatras no Hospital Materno Infantil (da rede pública), intimou os "médicos plantonistas de hospitais privados, dirigentes, assim como todos os médicos pediatras e obstetras de Cacoal que foram encontrados pelo oficial de justiça para que se apresentem no Hospital sob pena de prisão (...)!!"

GREVE CONTINUA EM CUIABÁ (MT)

Desde outubro deste ano, quase 700 médicos da rede pública de saúde de Cuiabá entraram em greve por tempo indeterminado. A categoria reivindica melhorias nas condições de trabalho, segurança nas unidades de saúde, pagamento de benefícios que está atrasado há três meses e a realização de mutirões para diminuir a sobrecarga dos atendimentos nas unidades.

NA BAHIA, EQUIPE MÉDICA É DEMITIDA APÓS REIVINDICAR SALÁRIOS ATRASADOS

Após reivindicar melhores condições de trabalho e dois meses de salários atrasados, toda a equipe médica do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência de Senhor do Bonfim, em Salvador, foi demitida. Segundo os médicos, as ambulâncias circulam em más condições mecânicas, falta de medicamentos, além de enfrentarem sobrecarga de atendimentos e salários atrasados. O caso será levado ao Ministério Público Estadual.

MÉDICOS QUEREM INTERVENÇÃO FEDERAL EM SERGIPE

Após avaliar um pedido de intervenção ética no Hospital de Urgência de Sergipe (Huse), oficializado pela superintendente da unidade, a classe médica defendeu a intervenção do Governo Federal e do Poder Judiciário no sistema de saúde pública do estado. Embora os conselhos não tenham competência para intervir na gestão administrativa do hospital, deixaram clara a posição unânime em defender uma intervenção do Ministério da Saúde no sistema de saúde pública de Sergipe. Como medida preventiva, a Justiça já determinou que o Estado reassuma, até janeiro de 2013, a administração da unidade, que era gerida por uma fundação.

COMISSÃO NACIONAL PRÓ-SUS

Coordenador: Aloisio Tibiriçá Miranda. **Membros:** Abdon José Murad Neto, Alceu José Pimentel, Ceuci de Lima Xavier, Cid Célio Jayme Carvalhaes, Cláudio Balduino Couto Franzen, Darley Rugeri Wollmann Júnior, João Ladislau Rosa, José Maria Pontes, Hermann Tiesenhausen, José Fernando Vinagre, Makhoul Moussalem, Márcio Bichara, Mauro Luiz de Britto Ribeiro, Modesto Jacobino, Roberto Queiroz Gurgel, Roberto Tenório de Carvalho, Wilton Mendes e Wirlande Santos da Luz.

Conselho Federal de Medicina - Tel: (61) 3445-5900 Fax: (61) 3246-0231
e-mail comissoes@portalmedico.org.br